

EDITORIAL

No momento em que escrevo este editorial, vivemos, no Brasil, uma experiência conhecida no conteúdo, mas inédita na forma, bastante ameaçadora para a EJA: o processo de impedimento de uma presidenta eleita, levado a cabo por meio de uma manobra parlamentar. Esta situação é preocupante para a EJA, pois essa modalidade já é comumente bastante invisível e pode ficar totalmente excluída das políticas públicas, uma vez que o governo interino e seus aliados não demonstram nenhuma vocação para o reconhecimento dos direitos das minorias, revelando típica mentalidade autoritária.

Neste mesmo cenário, discute-se uma Base Nacional Comum Curricular, processo também marcado por posturas conservadoras e que buscam, no bojo da onda antidemocrática, retroceder em conquistas fundamentais no campo dos direitos humanos.

Entendemos, assim como a Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Educação - ANPED (2016), que uma Base Nacional Comum Curricular “representa uma descaracterização do estudante em sua condição de diferença, bem como da desumanização do trabalho docente em sua condição criativa e uma desconsideração da complexidade da vida na escola”. Reduzir o direito ao conhecimento a uma lista de conteúdos que poderão ser testados em larga escala, atendendo avaliações padronizadas internacionalmente, é abdicar do caráter social, democrático e humano da educação escolar.

Os conhecimentos construídos antes e fora da escola, para além dos direitos de aprendizagem de conteúdos prescritos amplificam as desigualdades e as diferenças sociais, culturais e econômicas existentes no Brasil. As diretrizes curriculares da EJA, já existentes, são muito mais ricas. Elas apontam para a flexibilidade curricular, incompatível com um currículo único para todos.

Os trabalhos apresentados nesta EJA em Debate nos indicam, justamente, que toda e qualquer proposta curricular precisa considerar as culturas locais, as autorias dos educadores, as criatividade e saberes dos educandos, as experiências individuais e coletivas, as diversidades – de ordem étnica, cultural, social, política e econômica – relativas aos interesses, necessidades e desejos dos estudantes.

É apenas no espaço democrático que se luta por direitos e se avança nas conquistas. A EJA é, e sempre foi, o espaço das minorias, o espaço dos que sofrem múltiplas violações de direitos, entre eles o da educação. Resta perguntar: que espaço sobrar para a EJA, neste cenário? Os onze artigos aqui apresentados trazem luzes para essa reflexão.

Os processos de exclusão vivenciados por alunas que frequentam a Educação de Jovens e Adultos são estudados por Samira de Moraes Maia Vígano e Maria Hermínia Lage Fernandes Laffin e apresentados no artigo intitulado **A Educação de Jovens e Adultos como um espaço de empoderamento das mulheres**. O estudo mostra a forte presença de mulheres na EJA, na atualidade, já que muitas foram obrigadas a abandonar os estudos por fortes marcadores de gênero que, culturalmente, são perpetuados na

sociedade. As autoras concluem que a EJA se apresentou como um espaço de empoderamento para essas mulheres, pois – ao se dar visibilidade a essa temática no atual contexto brasileiro em que as temáticas de gênero são excluídas dos projetos de lei e dos planos de educação –, foi um meio de fortalecer as lutas e não deixar que sejam adormecidas, diante dos discursos misóginos e sexistas.

A Educação de Jovens e Adultos enquanto expressão da educação popular, de autoria de Veridiana Gomes Caseira, aborda, através de estudo bibliográfico, a íntima relação da Educação de Jovens e Adultos com a educação popular. O artigo se origina de um estudo realizado no âmbito do Mestrado em Educação onde, através de estudo focal, a autora pode perceber que, de alguma forma, os sujeitos da EJA sentem-se excluídos pela educação formal vigente. A autora acredita que juntas, a EJA e a educação popular, podem dar visibilidade política uma à outra e serem uma possibilidade de emancipação e transformação social.

Samuel Costa, Vanessa dos Santos Costa e Rita Eliane da Rocha, buscando conhecer os sujeitos da EJA do presídio regional de Araranguá (SC) para verificar a possibilidade de implantação de cursos PROEJA, aplicaram um questionário para 20 alunos com perguntas fechadas. O resultado está apresentado no artigo **Alunos da Educação de Jovens e Adultos em privação de liberdade – quem são? Para onde querem ir?** O estudo constatou que a população prisional necessita e tem interesse na formação profissional por meio de curso PROEJA.

As teorias da aprendizagem: contextualização e desdobramentos com foco na relação professor e aluno em curso profissional é o título do artigo de Maria Rita Barbosa de Sousa. De natureza teórico-conceitual, o estudo analisa como as teorias da aprendizagem à luz do Behaviorismo ou Comportamentalismo, Gestalt, Psicanálise, Psicogenética e Humanismo, na visão de Piletti (2015), contribuem com o processo de aprendizagem no ensino profissional e o desenvolvimento cognitivo dos estudantes da EJA com ritmos e estilos de aprendizagem diferenciados. Conclui pela necessidade do reconhecimento do público potencial da EJA, como um coletivo heterogêneo, fazendo reivindicações de direitos pela integração positiva das diferenças como dimensões a ressignificar.

Como parte de uma dissertação de Mestrado, o artigo **EJA em Ouro Preto: a relação Estado e currículo na Educação de Jovens e Adultos – Ensino Médio** versa sobre o currículo da EJA no Ensino Médio e como os professores da rede estadual de ensino concebem o currículo proposto pelo Estado e, ainda, como eles desenvolvem suas práticas com base nessas propostas. Fazendo uso de entrevistas semiestruturadas, os autores Regina Magna Bonifácio de Araújo e Luis Antonio Costa evidenciam que os professores não concebem o currículo proposto como um aliado para o trabalho com a EJA e que as proposições curriculares para a Educação de Jovens e Adultos feitas pelo Estado estão distantes da realidade dos alunos dessa modalidade de ensino.

Regina Magna Bonifácio de Araújo e Jéssika Matos Paes de Barros, no artigo intitulado **A gênese da dualidade histórica do ensino médio e da formação profissional, uma herança portuguesa com certeza**, apresentam uma reflexão acerca do engendramento

da histórica dualidade do ensino médio – para classe dominante a preparação aos estudos mais longos e superiores e, para as classes populares, instrumentação para o trabalho – que tem suas raízes a partir do modelo português de sistema educativo. O tema emerge de incursões teóricas em uma pesquisa de doutoramento em educação na área de Educação de Jovens e Adultos, cujo objetivo é conhecer, através de entrevistas biográficas, as trajetórias escolares e profissionais de alunos que frequentaram o PROEJA e os sentidos que atribuem à formação profissional. As autoras assinalam que a maioria dos programas (PROJOVEM, PRONERA e PROEJA), embora tenham bases teóricas no sentido de oportunizar elevação de escolarização e preparação para o mercado laboral, na prática, reproduzem e reforçam as diferenças e discriminações entre classes, realizando a previsível desigualdade social e cultural sob os moldes em que estão construídos.

O artigo **Produção de cinema, sentidos e aprendizagens: possibilidades educativas para Educação de Jovens e Adultos**, de Danielle Riella Rodrigues Tavares e Lauren Veronese, argumenta sobre as possibilidades educativas da oficina de cinema para a Educação de Jovens e Adultos, envolvendo alunos de alfabetização, pós-alfabetização e comunidade. Os resultados, obtidos através de pesquisa de cunho qualitativo, indicam que a oficina de cinema tem promovido aprendizagens e reflexões sobre histórias de vida, trabalho coletivo, aprendizagens técnicas e questões de autoria e autobiografia, proporcionando o letramento. É, portanto, mais um estudo que questiona, particularmente para a EJA, o currículo tradicional na forma de listagem de conteúdos igualmente selecionados para todos.

Os resultados da pesquisa realizada em nível de pós-graduação *Latu Sensu* em Educação Profissional Integrada à Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos - PROEJA, do Instituto Federal de Santa Catarina – IFSC, que teve por objetivo identificar o perfil dos alunos dos cursos do PROEJA, nos municípios de Iporã e de São Miguel do Oeste, em Santa Catarina, indicam que a oferta de vagas tem sido suficiente para suprir a demanda de alunos na região do Extremo-oeste catarinense. Indicam, ainda, que é necessário manter os cursos já existentes (Técnicas em Agricultura Familiar e Costura Básica). Isto é o que mostra o artigo **Proeja: Perfil e percepção dos alunos em relação à oferta, demanda e qualidade dos Cursos**, de Janaína Muniz, Miriam de Cássia do Carmo Mascarenhas Mattos e Andréa Aparecida Colla de Souza. Os autores destacam o indicativo da criação de novos cursos (principalmente na área de Informática) para os atuais e futuros alunos que desejam dar continuidade aos estudos.

Para aprofundar a discussão curricular, podemos encontrar subsídios nos percursos vivenciados e narrados por cinco alunos da Educação de Jovens e Adultos, recolhidos por Nilzilene Imaculada Lucindo e apresentados no artigo **Trajetoórias escolares narradas por cinco alunos da Educação de Jovens e Adultos concluintes do ensino médio**. Essas narrativas permitem refletir sobre as políticas educacionais para a EJA e evidenciam a diversidade que é inerente a esse público. O estudo que deu voz aos estudantes da EJA buscou conhecer mais sobre suas trajetórias escolares, revelando que as experiências de idas e vindas, ingressos e desistências, trazem para a escola uma crítica ao modelo de formação que, na maioria das vezes, não leva em conta as vivências formadoras e os saberes desses sujeitos. A autora destaca que é o próprio sujeito, que tem/não tem consciência, quem reivindica uma mudança no quadro de sua

situação histórica de exclusão. Evidenciar essas vozes é fundamental para se pensar em políticas públicas que, de fato, atendam às especificidades da EJA e garantam o acesso e a permanência desses adultos na escola, sintetiza a autora.

O artigo **Materializando a integração curricular no proeja: o biodiesel como tema interdisciplinar**, de Alencar Migliavacca, Angela Silva e Sandra Aparecida Antonini Agne, apresenta uma experiência de integração curricular desenvolvida a partir do eixo integrador “Agroenergias, energias renováveis e meio ambiente”, abordando a temática “biodiesel”. Os conhecimentos da Educação Básica e da Educação Profissional, como instrumentos importantes para uma aprendizagem significativa, foram explorados através de visitas técnicas, aulas práticas, construção de protótipos e confecção de um portfólio para registro das atividades. As autoras destacam que a integração curricular é um grande desafio do PROEJA, revelando que ainda há um longo caminho a percorrer, para que se construam referências curriculares que dialoguem com as especificidades dos sujeitos jovens e adultos.

Adriana Maidana, professora recém-chegada na Educação de Jovens e Adultos (EJA), lecionando em uma escola da Rede Municipal de Porto Alegre, resolveu compartilhar, através do artigo **Totalidades iniciais: aprender a ler (o mundo), escrever (sua história) e ser feliz**, suas experiências vivenciadas com um grupo de estudantes, cuja comunidade onde moram é marcada pela violência, tráfico de drogas e pobreza. O trabalho da professora e autora buscou, além de alfabetizar os educandos para a escrita e a leitura da palavra, problematizar as vivências dos educandos, encorajando-os também a ler o mundo, escrever a sua história e buscar a almejada felicidade. Sua abordagem interdisciplinar esteve embasada na proposta defendida por Santomé (1998), onde a integração dos campos do conhecimento e da experiência visa facilitar uma compreensão mais reflexiva e crítica da realidade, destacando não apenas dimensões situadas nos conteúdos culturais, mas também o domínio de processos necessários ao alcance de conhecimentos concretos. A autora assinalou sua percepção de que o trabalho auxiliou não só nos processos de aprendizagem, mas ajudou os sujeitos a serem mais autônomos e confiantes em seu potencial produtivo.

Os artigos aqui apresentados revelam muita riqueza nas práticas curriculares já realizadas, dando consequência à campanha da ANPED: “Aqui já tem Currículo: o que criamos na escola...”.

Rita de Cássia Pacheco Gonçalves

Coordenadora do Fórum de Educação de Jovens e Adultos de Santa Catarina – FEJA/SC